

ANEXO II

**ANEXO 195 DO RICMS, APROVADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 13.640, DE 1997
SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE ICMS NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA,
VISUAL, MENTAL OU COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(ART. 15-F DO RICMS-RN)**

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:			CPF
ENDEREÇO (RUA, AV, PRAÇA ETC.)		Nº	COMPLEMENTO
MUNICÍPIO	CEP	TELEFONE	E-MAIL

II - DADOS DO VEÍCULO:

MARCA/MODELO/ TIPO/ CODIFICAÇÃO	POTENCIA	VALOR DO VEICULO (RS)
---------------------------------	----------	-----------------------

III - O solicitante acima identificado e, de acordo com os documentos anexados, vem requerer o benefício previsto no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 13.640, de 1997, para aquisição do automóvel segundo as condições ali estabelecidas.

IV - DECLARAÇÃO:

DECLARO estar ciente de que a confirmação do envio deste requerimento implica na desistência de eventual processo administrativo anterior que trate do mesmo objeto e, sob as penas da lei, que:

1 - Não sofreu sanção ou condenação criminal cuja penalidade seja a proibição de receber benefícios fiscais;

2 - Não adquiri veículo com isenção de ICMS (*):

() nos últimos 4 anos, nesta ou outra Unidade da Federação, de acordo com art. 15-F, §15, do Regulamento do ICMS.

() nos últimos 2 anos, nesta ou outra Unidade da Federação, no caso de autorizações concedidas pela Secretaria de Estado da Tributação anteriores a 22 de agosto de 2018, de acordo com art. 15-F, §12 do Regulamento do ICMS (redação anterior à vigência do Decreto 28.675, de 28/12/18).

(*): Marque com um "x" uma ou outra opção. A primeira opção abrange a segunda.

3 - Não utilizei a Autorização de isenção de IPI apresentada neste requerimento para aquisição de outro veículo.

4 - Todas as informações apresentadas e os documentos apresentados são verdadeiros;

5 - Declaro ainda, estar ciente de que uma declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, in verbis:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular."

Nestes termos, pede deferimento.

_____, em ____/____/____
Local e data

Assinatura () solicitante () representante legal

OBSERVAÇÃO: SE POR PROCURAÇÃO, ANEXAR DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCURADOR.